

Da Margem ao Centro: desafiando o ódio e promovendo a inclusão

PROPONENTES: Denise Viana, Geiziely Fernandes, Safaa Dib e Thaís Brito

Dois anos após ter sido apresentada a [moção n.º 17](#) no XII congresso do LIVRE, em Coimbra, a 5 de março de 2022, de título “A representatividade e inclusão são uma luta constante”, assistimos a um agravamento do contexto sociopolítico português, com o crescimento da extrema-direita em Portugal e o aumento da sua representação parlamentar.

Dois anos pode parecer pouco tempo, mas nesse período assistimos a uma rápida reconfiguração do panorama político em Portugal, com uma parte significativa do eleitorado a validar um conjunto de vozes que tem sido determinante para a desinformação, discriminação, racismo e xenofobia que grassa entre as redes sociais e imprensa.

Todos temos conhecimento do modo como a sociedade portuguesa foi progressivamente minada por uma acentuada polarização ideológica, à semelhança do ocorrido em outros países europeus, onde se observou também o crescimento de fenómenos populistas e extremistas. Assistimos diariamente a uma intensa máquina de propaganda que produz discursos de ódio disseminados por partidos e movimentos de extrema-direita e que escolheram como alvo, sobretudo, os migrantes e pessoas pertencentes a minorias.

Basta notar como a campanha eleitoral das legislativas de 2024 foi marcada por partidos da direita e extrema-direita a reforçarem uma associação populista entre imigração e insegurança que não encontra qualquer sustentação na realidade, de acordo com os dados fornecidos pelo Relatório Anual de Segurança Interna de 2022 e por estudos académicos recentemente apresentados da autoria da antropóloga Ana Rita Alves. Todavia, este discurso, com todos os perigos que acarreta, tem feito o seu

caminho em Portugal e contribuído para o aumento do preconceito, do racismo e xenofobia, da discriminação e também de violência. Os recentes ataques na zona do Porto, perpetrados por grupos encapuzados contra imigrantes argelinos, mostram-nos que a normalização e o crescimento do discurso de ódio têm como consequência o aumento de ataques criminosos organizados contra migrantes.

Mas não são apenas migrantes a sofrer na pele as agressões, são também as mulheres, que continuam a sofrer graves desigualdades. É importante reconhecer que, dentro desse contexto, a grande maioria das vítimas são mulheres racializadas, com enfoque nas mulheres negras, brasileiras e ciganas, que enfrentam múltiplas formas de discriminação e marginalização. Uma grande percentagem destas mulheres continuam a fazer maioritariamente o trabalho doméstico e de cuidado, com trabalhos precários e mal remunerados. Trabalhos que são frequentemente subvalorizados e não recebem o devido reconhecimento, apesar de serem essenciais para o funcionamento da sociedade. Estas mulheres enfrentam uma interseção de preconceitos e discriminações, o que as torna alvos frequentes de discurso de ódio e da violência, práticas muitas vezes enraizadas em estruturas de poder e privilégio, perpetuando e ampliando as desigualdades existentes.

O combate à discriminação só poderá ser feito de forma ativa e permanente se for visto de forma coletiva, interseccional e decolonial, reconhecendo que as identidades de uma pessoa, como género, raça, classe social, orientação sexual, religião, nacionalidade e outras estão interligadas e influenciam as experiências de discriminação e privilégio que ela enfrenta. Uma luta interseccional caminha juntamente com a justiça social de forma justa e inclusiva para todos. Para alcançar a verdadeira igualdade, é fundamental abordarmos não apenas o sexismo, mas também o racismo, a discriminação de classe, a homofobia, a transfobia e todas as outras formas de opressão.

Lembremos que Portugal foi, durante vários séculos após a sua fundação, um país multiétnico e multirreligioso, com judiarias e mourarias e a chegada de inúmeras

comunidades ciganas e de muitas outras populações de outros continentes. É parte da sua História essa natureza multicultural, multirreligiosa e multiétnica. Não permitamos que essa história seja reescrita ou deturpada por aqueles que pretendem minar a democracia. Essa luta também passa por uma visão decolonial da história e pela luta constante pelos direitos de toda a população.

O LIVRE tem-se assumido como uma voz ativa nesta luta, mas sentimos que a urgência do tempo presente requer planos de ação mais concretos e um posicionamento muito mais firme e inquestionável ao lado das populações migrantes e racializadas.

Esta moção vem, assim, propor:

- ❖ Garantir que as medidas propostas no programa eleitoral do LIVRE das legislativas 2024, na seção de “Igualdade, Justiça Social e Liberdade” são, de facto, desenvolvidas, propostas e implementadas a nível nacional e municipal, nomeadamente as propostas de acolhimento e integração a todos os cidadãos estrangeiros residentes em Portugal, em particular os mais vulneráveis;
- ❖ Propor políticas legislativas e municipais de apoio a migrantes, mulheres e minorias de modo a pôr fim aos efeitos devastadores do aumento do discurso do ódio e da ação de milícias da extrema-direita.
- ❖ Combater o discurso de ódio por meio de uma abordagem multifacetada que envolva a educação, conscientização, regulação legal e responsabilização: promover a educação nas escolas, direitos humanos e tolerância desde cedo, criando desta forma políticas e leis que proíbam o discurso de ódio e responsabilizem aqueles que o promovem, e valorizar uma cultura de respeito mútuo e inclusão que celebre a diversidade e a dignidade de todos os seres humanos.
- ❖ Incentivar a participação de pessoas migrantes e racializadas no partido, de modo a promover a integração e participação igualitária no contexto político.

- ❖ Reforçar os contactos entre o partido, assim como todos os seus eleitos, e as principais associações nacionais e locais ligadas às causas do combate ao racismo, xenofobia e todo o tipo de discriminações, de modo a permitir um melhor acompanhamento das suas bandeiras e atividades.
- ❖ Propor, através do partido, ações de formação e esclarecimento sobre os direitos de todos os cidadãos residentes estrangeiros, independentemente da sua origem, nacionalidade ou classe social.
- ❖ Promover a investigação científica e a recolha de dados que permitam um mapeamento das populações invisibilizadas e vulneráveis à discriminação e à desigualdade social, permitindo essa recolha um combate mais eficaz ao discurso de ódio.